

DESEMBARQUE E DECISÕES POLÍTICAS SOBRE A PESCA NO PANTANAL DE MATO GROSSO DO SUL, BRASIL

CATELLA, Agostinho Carlos*; PEIXER, Janice **; COPATTI, Alesandro ***; CAMPOS, Fânia L.R.***

* *Embrapa Pantanal, R. 21 de Setembro, 1880 - CEP 79320-900 - Corumbá (MS); ** CEPERG/IBAMA, CP 64 - CEP 13 630 970 - Pirassununga SP; ***SEMA /MS, Rua Desembargador Leão Neto do Carmo s/nº, Bloco 3 Setor 3 - Parque dos Poderes - 79031-902 Campo Grande, MS
catella@cpap.embrapa.br*

Palavras chave: gestão da pesca; pesca artesanal; pesca amadora; pesca de águas interiores

O perfil da pesca modificou-se ao longo dos anos no Pantanal de Mato Grosso do Sul, em decorrência de novas demandas sociais, mediadas por decisões políticas circunstanciais, visto que não há uma Política de Pesca para o Estado, com objetivos claros e definidos em conjunto com os atores do setor. Neste estudo, verificou-se a repercussão dessas decisões sobre o desembarque pesqueiro e o bem estar dos atores. Foram identificados fatos marcantes da pesca a partir de 1979, ano de criação do Estado, relacionando-os com as estatísticas disponíveis e demarcando-se os seguintes períodos: I. Estruturação da pesca profissional: após 1979, o Estado impulsionou esse setor, atuando na organização e estruturação física das Colônias, quando pescadores profissionais utilizavam redes de deriva e tarrafas. II. Expansão da pesca amadora e desestruturação da profissional: a partir de 1983, foi proibido o uso de redes e tarrafas, diminuindo o poder de pesca e, conseqüentemente, a produtividade e o desembarque da pesca profissional, acarretando forte impacto econômico e social sobre esse setor. Ao mesmo tempo, ocorreu a expansão do setor turístico pesqueiro para atender a um número crescente de pescadores amadores, competindo pelos recursos e gerando conflitos. III. Retração da pesca amadora: em 1999 foi criado o Conselho Estadual de Pesca, um passo importante rumo à gestão participativa; e a partir do ano 2000, diminuiu o número anual de pescadores amadores, em parte pela redução da cota de captura estadual. IV. Período de exceção: com a criação da Superintendência Estadual de Pesca/MS (2003), houve o acirramento das diferenças entre os setores da pesca e decisões importantes foram tomadas à revelia do Conselho. Essa gestão se empenhou em estabelecer uma moratória para a pesca profissional-artesanal, mas não obteve êxito frente à reação da sociedade. Dessa forma, o desembarque e o rendimento pesqueiro da região estão relacionados, sobretudo, às decisões pontuais de cunho político sobre a pesca, o que se reflete negativamente sobre o uso dos recursos e o desenvolvimento da atividade.